

A Síndrome de Down e a Escola Inclusiva: Uma Revisão da Literatura

The Down Syndrome and the Inclusive School: A Literature Review

Renata Nogueira Barbosa¹; Gláucia Fernandes Castro²

¹Fisioterapeuta graduada pela Universidade Estadual de Goiás. renata.nogueira21@hotmail.com

²Fisioterapeuta, Professora Mestre do Curso de Fisioterapia da Universidade Estadual de Goiás. galcastro@yahoo.com.br

RESUMO

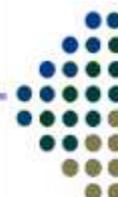
Introdução: A Síndrome de Down (SD) é a síndrome de maior incidência na espécie humana, sendo associada a condição de inferioridade por mais de um século. Mas, atualmente ter preconceito vem sendo exaustivamente criticado. Nesse quadro, surgiu a Escola Inclusiva (EI), um espaço que valoriza a diversidade, possuindo portanto, uma proposta democrática. Objetivos: Investigar se o modelo de escola inclusiva atende às necessidades da pessoa com SD; pesquisar sobre a SD e sobre esse indivíduo no ambiente da EI. Por fim, propor estratégias para melhor adequação desse grupo de indivíduos no ambiente em questão. Metodologia: Foi realizada uma revisão assistemática de artigos que tratam sobre o panorama atual da SD, EI e de indivíduos portadores da SD inseridos nesse ambiente em questão, publicados em revistas indexadas. Para a pesquisa quatro descritores foram utilizados: “síndrome de Down”, “escola inclusiva”, “inclusão escolar” e “educação inclusiva”. As bases de dados pesquisadas foram: LILACS; SciELO; PubMed; MEDLINE. Resultados: Nos locais onde foi efetivada, a inclusão tem-se mostrado benéfica para as crianças portadoras da SD, embora ainda haja muitos desafios a serem superados, sendo de suma importância minimizar as dificuldades através de ações efetivas como: preparar os professores e diretores, realizar adaptações estruturais que permitam a acessibilidade, promover encontros entre pais e professores, permitir a socialização desses alunos e realizar ações pedagógicas voltadas para o grupo em questão. Conclusão: A escola inclusiva atende as necessidades do portador da SD, na medida que é um ambiente desafiador, ajudando no desenvolvimento motor desse indivíduo e promovendo a socialização.

Palavras-chave: Síndrome de Down, Escola Inclusiva, Inclusão Escolar, Educação Inclusiva.

ABSTRACT

Introduction: The Down Syndrome (DS) is the most current syndrome in the human species, for more than a century being associated with an inferiority condition. However, nowadays to have prejudice towards this condition has been exhaustively criticized. In these conditions, the Inclusive School (IS) was born, a space that valorizes the diversity, having therefore, a democratic proposal. Objectives: To investigate if the inclusive school model attends to the necessities of the DS bearer; research about the DS and the suitability of the SD bearer in the IS environment. Finally, propose strategies for better suitability of this group of individuals in the environment proposed. Methodology: Articles, published in indexed magazines, about the current overview of DS, IS and individuals who bear the DS inserted in the IS's were taken. For the research, four keywords were used: “Down Syndrome”, “Inclusive School”, “School Inclusion” and “Inclusive Education”. The research databases were: LILACS; SciELO; PubMed; MEDLINE. Results: Where it was effectuated, the inclusion has shown itself benefic to the children who bear the DS. Although, there are still many challenges to be overcome. Being essential to minimize the difficulties doing effective actions such as: preparing teachers and directors, make structural adaptations that allow accessibility, propose meetings between parents and teachers, allow these students to socialize and conduct educational actions directed to the group in question. Conclusion: The inclusive school attends to the DS necessity, regarding it's a defiant environment, helping the motor development of this individual and promoting socialization.

Keywords: Down Syndrome, Inclusive School, School Inclusion, Inclusive Education.





INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) é a síndrome genética de maior incidência na espécie humana¹. A incidência da SD em nascidos vivos é de 1 para cada 600/800 nascimentos, tendo uma média de 8.000 novos casos por ano no Brasil. Existem 300 mil pessoas com SD no país, com expectativa de vida de 50 anos, sendo esses dados bastante semelhantes às estatísticas mundiais².

Os dados acima sugerem a importância de se realizar pesquisas com indivíduos portadores da síndrome. A necessidade se faz presente em vários âmbitos: sociais e/ou ambientais, biológicos e até mesmo culturais. Consequentemente, pode-se delimitar um perfil mais concreto de tais indivíduos e sendo assim, terão acesso a tratamentos e oportunidades que condizem cada vez mais com sua realidade e condição.

Atualmente, ter preconceito do diferente vem sendo exaustivamente criticado pelos setores da sociedade. A relação social com pessoas portadoras de doenças, focalizando especificamente aquelas com SD, é de dicotomia entre preconceito e a criação de uma identidade³. Há necessidade de se refletir a inclusão de alunos com algumas necessidades especiais e que requerem mais cuidados e atenção, assim como a verdadeira função da escola como contribuinte em seu desenvolvimento⁴.

A última reforma curricular subscreve uma nova noção de Escola, expressa nos objetivos que define: relativos aos conteúdos, as capacidades e as atitudes e valores. A escola deixa de ser vista como um local onde apenas se adquire instrução e formação, ganhando uma função mais ampla e abrangente, mas também mais complexa e controversa: a de Educar. Interessa não só que os alunos se apropriem de conteúdos, mas também que desenvolvam competências várias e desta forma consigam uma inserção na sociedade⁵.

A criança com SD incluída na escola de ensino regular tem grandes chances de melhor se desenvolver porque esse ambiente certamente será mais desafiador do que para os outros alunos sem deficiência⁶.

O presente trabalho propõe um estudo sobre a pessoa com SD, assim como sobre a EI, através de uma revisão dos trabalhos que têm sido publicados com indivíduos nesse contexto, com a finalidade de conhecer a importância da vivência nesse ambiente, já que para eles, é desafiador e favorece o desenvolvimento neuropsicomotor. A revisão bibliográfica foi escolhida como metodologia de pesquisa por agregar conhecimentos de toda a

comunidade científica mundial, na busca de benefícios para a SD.

MÉTODOS

Esta é uma revisão de artigos que tratam sobre o panorama atual dos indivíduos com SD inseridos na Escola Inclusiva, publicados em revistas indexadas nas bases de dados relacionadas adiante.

Para a presente pesquisa, quatro unitermos (descritores) principais foram utilizados na busca por artigos que são os sujeitos da pesquisa desta revisão: “Síndrome de Down”, “Inclusão Escolar”, “Escola Inclusiva” e “Educação Inclusiva”. Estes quatro descritores foram escolhidos a fim de encontrar artigos que descrevam a SD e a EI assim como relacionem SD com a inclusão escolar.

Foram incluídos artigos publicados em português e inglês com os unitermos citados. Os artigos selecionados tratam sobre a SD, a EI e sobre os portadores dessa síndrome no processo de inclusão escolar. Foram utilizados no total trinta artigos.

A data de publicação foi a partir de 1999, quando os artigos sobre a SD se tornaram mais frequentes. A pesquisa em base de dados se deu entre agosto de 2010 e maio de 2011. As bases de dados pesquisadas foram: LILACS; SciELO; PubMed; MEDLINE. Os tipos de estudos das pesquisas selecionadas foram: revisões bibliográficas; estudos de caso; pesquisas qualitativas; estudos transversais; estudos longitudinais.

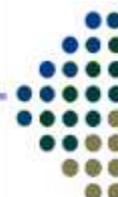
Foram excluídos da pesquisa os artigos que discorram sobre a inclusão escolar dentro de outras síndromes, as quais não são objetivos de estudo da autora. Os artigos foram selecionados e lidos para verificar se preenchiam os critérios de inclusão. Aqueles que preenchiam, foram lidos novamente e analisados. Não houve a intenção de avaliar o artigo no sentido de determinar a qualidade dos estudos realizados. A busca foi por variáveis que pudessem trazer informações.

RESULTADOS

Síndrome de Down na Escola Inclusiva

A EI materializa um espaço democrático de respeito à diversidade, se preparando para receber seu contingente tanto no aspecto pedagógico, como sociocultural⁷. A inclusão significa que não é o aluno que se adapta-se à escola, mas a escola se prepara para receber o aluno^{8,9,10}.

As crianças passaram a ser olhadas em suas diferenças e não nas homogeneidades; o modo e o ritmo de aprender de cada uma passou a ser valorizado.





A diversidade na sala de aula passou a ser vista como um elemento de riqueza e progresso para toda a classe escolar, e o contexto grupal tornou-se de suma importância para o desenvolvimento de cada indivíduo⁸.

A inclusão está relacionada à inserção total e incondicional, impondo rupturas nos sistemas e transformações profundas que beneficiam toda e qualquer pessoa, ou seja, a sociedade adapta-se para atender às necessidades das pessoas com ou sem deficiências, dessa forma, torna-se mais atenta às necessidades de todos. Ela também ressalta a individualidade das pessoas com deficiência, não quer disfarces e não é caracterizada somente pela presença física das pessoas¹¹.

A proposta inclusiva não deve se restringir à escola, mas também atingir ambiente familiar e a sociedade em geral¹². No que se referem às atividades, elas estão voltadas para o que é melhor para o grupo de alunos em geral, não havendo adaptações e planejamento para o aluno com necessidades especiais⁴.

O papel do professor é imprescindível nesse processo de inclusão escolar, no sentido de atuar como mediador das relações pessoais entre seus alunos, na tentativa de superar as limitações impostas às crianças com necessidades especiais¹³.

A criança com necessidades educacionais especiais, irá se relacionar consigo mesma de acordo com o local em que ela estiver inserida. Se esse ambiente for acolhedor e produtivo, ela provavelmente se sentirá acolhida e produtiva, em contrapartida, se esse ambiente for discriminatório e improdutivo, ela provavelmente se sentirá discriminada e incapaz¹⁴.

A partir dos anos de 1990, predominou a idéia de que as crianças com SD frequentassem classes comuns em escolas regulares⁸. Dessa forma, a proporção de crianças com SD nas escolas de ensino regular tem aumentado na última década, se comparada com as escolas especiais¹⁵. O indivíduo com SD têm a deficiência mental como uma de suas características mais prevalentes, sendo assim, é clara a complexidade e a importância de sua educação⁸. A inclusão de alunos com SD na EI beneficia seus colegas de turma tanto acadêmica, quanto socialmente¹⁶.

Voivodic⁸ em análise de pesquisas, constata que quando crianças portadoras da SD frequenta classes comuns em escolas regulares, tais indivíduos têm relevantes ganhos que não se restringem ao seu desenvolvimento social, mas também ao seu desenvolvimento cognitivo. A autora também pondera que não há prejuízos para as crianças com desenvolvimento típico por estarem na mesma sala de aula com indivíduos com deficiência mental.

O atendimento educacional da criança com SD não deve ser visto através de rótulos e preconceitos. É importante avaliar as dificuldades apresentadas por esses indivíduos, para que assim, possa considerá-las em uma perspectiva interativa dos fatores que determinam a intervenção educacional⁸.

Considerando as crianças com SD, a educação pode ou não tornar um elemento transformador desse indivíduo, tal fato vai depender da efetividade das estratégias educativas (metodológicas) utilizadas¹³.

Em relação a medidas a serem tomadas para melhor inserção desse indivíduo no ambiente escolar, uma medida simples e importante é o cuidado em relação à posição das carteiras que serão ocupadas pelos alunos com necessidades especiais em turmas regulares, a qual deve ser central, para que haja possibilidade de interação com uma maior quantidade de colegas. Outra medida importante é ter profissionais devidamente preparados nesse contexto de inclusão¹⁶.

No caso de indivíduos com SD, talvez a utilização da demonstração seja um recurso mais efetivo que a instrução verbal¹⁷.

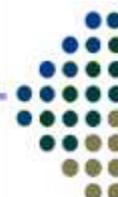
Instrumentos simples como a música, ritmos, cores, texturas, movimentos são ferramentas importantes para o SD. A arte estimula regiões do cérebro que outras técnicas não conseguem alcançar, pois consegue elevar a auto-estima desse indivíduo e ainda favorece sua interação com a sociedade¹⁸.

Quando os objetivos de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais são menos complexos que os dos outros alunos, é importante que os assuntos estudados sejam semelhantes para permitir a participação conjunta dos alunos em todas as atividades escolares. Alunos com SD que participam das atividades em conjunto com seus colegas de turma têm mais oportunidades de serem reconhecidos como amigos por tais¹⁶.

Atividades extras, quando propostas, devem ser feitas em casa, com ajuda materna, alternativa encontrada por alguns discentes para tentar melhorar o aprendizado do aluno em comparação com os colegas de classe⁴.

Reconhecendo as características do fenótipo de pessoas com SD, deve-se concentrar as atividades nas áreas em que há maior potencial. Assim, na medida em que o indivíduo percebe que pode realizar determinadas atividades com êxito, haverá satisfação e maior motivação para enfrentar aquelas que ele tem maior dificuldade, contribuindo para que, dessa forma, seu desenvolvimento físico e mental vá progredindo gradualmente¹⁹.

O fato de o sistema escolar valorizar apenas o desenvolvimento "cognitivo" de seus aprendizes é algo





que tende a contribuir para a discriminação e exclusão de pessoas com SD¹⁶.

No seu estudo, Luiz e colaboradores¹⁵, afirma que os profissionais da área da educação mostram-se sensibilizados a acatar o projeto da inclusão, mas também admitem a necessidade de treinamento das escolas de ensino regular, para receberem as crianças com SD, visto que, quanto mais efetivo o conhecimento do discente, maiores serão suas habilidades e confiança para lidar com a situação.

Mas Mancini et al.¹⁸, revela que a escassez de evidências sobre o desempenho funcional do SD, limita os profissionais que lidam com esses indivíduos a prever desfechos e expectativas de serem atingidas. Dessa forma, os profissionais devem compartilhar com os pais, cuidadores, família e comunidade em geral os conhecimentos sobre a síndrome, para que seja constituído um fórum de reflexão histórica, social e cultural sobre o tema¹⁵.

Anhão et al.¹⁴, destaca a importância do ambiente escolar no processo de inclusão, já que oferece a oportunidade da criança com SD conviver com outras crianças da mesma faixa etária com o desenvolvimento típico, o que não é possível em ambientes protegidos de inclusão ou mesmo em terapias. Nesse contexto, esta situação é considerada pelo autor como um fator positivo no desenvolvimento social e acadêmico do SD.

Fernandez Batanero e Oliveira²⁰ afirmam que a escola inclusiva só faz sentido na vida do jovem SD se assegurar uma plena integração social e uma verdadeira inserção profissional (os aptos para isso). Sugere então, a criação do cargo de Professor de Transição que se dedicará para a transição para a vida ativa desse jovem em todas as vertentes: desde a coordenação do processo ao acompanhamento em estágios.

DISCUSSÃO

A educação exige paciência, dedicação e firmeza, sobretudo carinho e amor de pais e profissionais. Todos têm habilidades e dificuldades, apenas devemos conhecê-las e aprender a agir com elas¹⁹. Muitas vezes a sociedade exige que as pessoas com SD tenham um comportamento perfeito, pois diante de qualquer erro, atribui o fato à síndrome, como se isso não pudesse ocorrer da mesma forma com qualquer outro indivíduo²¹.

A inclusão ainda é um processo em todos os lugares, e o processo se vive, se aprende, com correção dos erros⁴. Luiz et al.¹⁵ observam que nos locais onde foi efetivada, a inclusão tem-se mostrado benéfica para as crianças com a SD, embora ainda haja muitos desafios a serem superados.

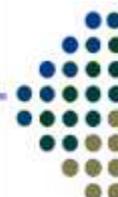
Partindo do princípio da inclusão, de que todos devem aprender juntos, todas as instituições de ensino estão sujeitas a receber alunos com necessidades especiais; sendo assim, preparar-se previamente para isso é de suma importância para minimizar as dificuldades encontradas. Assim, a escola deve levar a aprendizagem de fato, e não estabelecer um sistema que gera uma nova exclusão⁴.

Um dos pontos mais marcantes no estudo foi a constatação de vários autores^{9,15,4} sobre a importância do diálogo entre pais e professores. Para tais, essa troca deixa os docentes mais seguros e cientes do seu papel no processo de inclusão, sendo assim o processo torna-se mais efetivo e com menos possibilidades de evasão escolar. Silva e Dessen²² também alertam sobre a relevância da família na contribuição para o desenvolvimento da criança, sendo considerado o microsistema familiar o que traz implicações mais significativas. O que vem ao encontro de Flabiano e Limongi²³, que ressaltam que os adultos favorecem o desenvolvimento da criança com SD, na medida que assumem importância no processo de comunicação, empenhando-se para claramente compreender o que a criança fala e sendo assim, respondendo adequadamente.

A aprendizagem exige do indivíduo vários tipos de respostas, sendo as do SD pobres devido às limitações que tais apresentam. Contudo, a possibilidade de ampliar e determinar certa resposta estará condicionada ao apoio do meio. Quanto mais se oferecer um ambiente solicitador, que promova autonomia e diferentes possibilidades de descobertas de seu potencial, potencializado será o seu desenvolvimento¹⁸. Sendo assim, Oliveira-Menegotto et al.¹² ressaltam a importância de discutir a proposta inclusiva não apenas no ambiente escolar, mas também no familiar e na sociedade em geral. O que vem ao encontro de Voivodic⁸, que observa que na fase de educação infantil, é muito importante que as crianças com e sem necessidades especiais, possam estar em contato convivendo com as diferenças.

Assim, para que a inclusão ocorra é preciso solucionar os problemas atuais e construir, eliminando os erros, os quais estão escondidos na realidade inclusiva, uma vez que a escola se constitui por uma ampla dimensão de características individuais que não são consideradas⁴.

Dessa forma, vários autores^{12,15,24,25} concordam ao discutirem a relevância da preparação do corpo docente para lidar com os indivíduos com SD. Para isso devem ser feitas modificações pedagógicas nas escolas visando o aperfeiçoamento desse processo inclusivo. Porém, Leonardo²⁵ resalta que neste momento as escolas brasileiras, principalmente as



públicas, têm enfrentado muitas dificuldades, pois não têm conseguido aprendizagem acadêmica nem mesmo aos indivíduos que não possuem necessidades especiais, o que demonstra ser muito pequeno o investimento, não apenas no processo inclusivo, mas no sistema educacional como todo. Ainda nesse contexto, Voivodic⁸ alerta que na formação atual dos professores, tais são preparados para lidar com homogeneidade, esperando que as crianças dêem as respostas de aprendizagem esperadas, sem considerar suas diversidades.

Leonardo *et al.*²⁶ ressaltam que nem os professores nem a escola estão preparados para a inclusão como deveriam. Para o autor, falta infraestrutura básica (rampas, corrimão, banheiros adaptados, pisos, materiais pedagógicos voltados para o SD). Além disso, Oliveira-Menegotto *et al.*¹² ponderam que muitos professores ainda têm resistência quanto a inclusão, o que pode ser atribuído a própria falta de conhecimento sobre o processo, o que anteriormente fora descrito por vários autores^{4,14,15,24,26}.

Luiz *et al.*¹⁵ propõem uma rede de apoio ao processo de inclusão que inclua discussões e diálogos de profissionais de várias áreas de conhecimento, principalmente de educação e saúde. Tais podem acompanhar tanto a criança quanto a família na sua inserção na rede regular de ensino, apoiando e acolhendo em suas necessidades. Mas, Leonardo *et al.*²⁶ frisam que as conquistas mais relevantes dos portadores de necessidades especiais se deram mais no que tange à elaboração de leis e normas do que na concretização de ações que realmente permitam a inserção destas pessoas na sociedade.

De acordo com Oliveira-Menegotto *et al.*¹² e Voivodic⁸, alguns indivíduos ainda acham que pessoas com necessidades especiais devem permanecer separadas da sociedade, totalmente segregados. O que vem ao encontro de Mendes²⁷, que relata que em algumas comunidades, as políticas oficiais de integração escolar resultaram, em grande parte, em práticas quase permanentes de segregação total ou parcial, o que conseqüentemente gerou reações mais fortes no sentido de procurar novas formas de assegurar a presença e participação na comunidade, a promoção de habilidades, da imagem social, da autonomia das pessoas com necessidades educacionais especiais. Entretanto, Boff e Caregnato³, ressaltam que ter preconceito do “diferente” vem sendo profundamente criticado e que a relação social com pessoas com SD, é de dicotomia entre preconceito e criação de uma identidade.

Atualmente existe um discurso favorável à inclusão de pessoas com necessidades especiais, não apenas no contexto escolar, mas em vários segmentos,

mas mesmo assim tais indivíduos continuam vítimas de preconceito e estigma, por serem consideradas diferentes²⁶.

Voivodic⁸ observa que o preconceito ainda existe, e é agravado nas escolas particulares, onde, muitas vezes, devido a presença de crianças com deficiência, os pais deixam de matricular os seus filhos ou os retiram da escola. As próprias escolas também colocam barreiras para a matrícula de uma aluno com a necessidade especial, dizendo que a proposta da instituição é ser forte, seguir um currículo e sendo assim, a criança não conseguirá acompanhar a turma⁸. Tal fato é confirmado pelo Censo 2010²⁸, que mostrou que na rede privada a educação especial ainda prevalece o que não ocorre na rede pública. Em 2010 na rede particular foram: 142.887 matriculados na modalidade especial e apenas 27.096 na educação inclusiva, já na rede pública os dados foram mais animadores: 75.384 matriculados na modalidade especial e 457.236 na educação inclusiva.

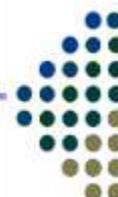
Pereira-Silva e Dessen²⁹ destacam que devido ao grande número de configurações familiares é corriqueiro que cada núcleo familiar perceba a escola de acordo com suas filosofias, concepções, valores e crenças. O diálogo que se estabelece entre família e escola não facilita o alcance do objetivo de escolarização para todos, já que nem sempre a família tem recursos para ajudar a criança e a escola não consegue fornecer oportunidades para a família. As mães de indivíduos com SD têm expectativas modestas em relação a escolarização dos filhos³⁰.

Enquanto a inclusão estiver dentro dos moldes burocráticos e coordenada por ordens superiores, como as determinações políticas que majoritariamente desconhecem a realidade, os avanços não se concretizarão⁴.

CONCLUSÃO

Em termos de formação, acredita-se que é um grande ganho para todas as crianças terem a oportunidade de conviverem com as diferenças, podendo se tornar mais solidárias, compreensivas e cooperativas em relação às dificuldades apresentadas pelo outro. Entendemos que, se a educação é importante, uma educação de qualidade que atenda as necessidades de todos, é fundamental para o indivíduo com SD.

Os professores muitas vezes trazem uma bagagem de preconceito em relação à deficiência. As escolas por sua vez, colocam barreiras para que o aluno com necessidade especial não se matricule junto aos ditos normais. No estudo, foi possível observar que esse fato ocorre como conseqüência da falta de



informação sobre as necessidades desse indivíduo. Sendo assim, por desconhecerem as características, nesse caso, da SD, as pessoas tendem a excluí-los.

As trocas de conhecimento com equipes multidisciplinares trazem contribuições significantes e permitem ao professor fundamentar suas ações. O processo inclusivo só se efetiva, quando o docente consegue se sentir seguro para explorar as potencialidades do aluno com necessidade educacional especial.

A EI atende as necessidades do SD, na medida em que é um ambiente desafiador, ajudando no desenvolvimento motor desse indivíduo, promovendo a socialização. Além disso, permite que todas as crianças convivam, e dessa forma, aprendam a lidar com diferenças.

REFERÊNCIAS

1. Schwartzman JS. Síndrome de Down. São Paulo: Editora Mackenzie; 1999.
2. Moeller I. Diferentes e Especiais. Ver. Viver Mente e Cérebro. 2006; (156): 26-31.
3. Boff J, Caregnato RCA. História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de Down. Texto & Contexto – Enferm. 2008 Set; 17(3): 578-86.
4. Ferraz CRA, Araujo MV, Carreiro LRR. Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I: comparação dos relatos de mães e professores. Rev. Bras. de Ed. Esp. 2010 Set-Dez; 16(3): 397-414.
5. César M. Interagir para aprender: A escola inclusiva e as práticas pedagógicas em matemática. In: E. Fernandes & J.F. Matos (Eds). Actas do Professor de Matemática. Funchal: APM; 2000:145-58.
6. Ferreira MM, Bozzo FEL. Inclusão de Crianças com Síndrome de Down no ciclo I do Ensino Fundamental [Dissertação]. Lins. S. Paulo. 2009.
7. Marins SCF, Matsukura TS. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental das cidades-pólo do Estado de São Paulo. Rev. Bras. Ed. Esp. 2009 Abr; 15(1): 45-64.
8. Voivodic MAMA. Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2008.
9. Schneider MBD. Subsídios para a ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo. Educação on-line. 2003. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76:subsídios-para-acao-pedagogica-no-cotidiano-escolar-inclusivo&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17>. Acesso em 15 abr. 2011.
10. Sant'na IM. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicol. Estud. 2005 Ago; 10(2): 227-34.
11. Ohl NG, Aangelucci CB, Nicolau AM, Honda C. Escolarização e preconceito: lembranças de jovens com e sem deficiência. Psicol. Escol. Ed. (Imp.). 2009 Dez; 13(2): 243-50.
12. Oliveira-Menegotto LM, Martini FO, Lipp LK. Inclusão de alunos com síndrome de Down: discursos dos professores. Fractal: Rev. Psicol. 2010 Abr; 22(1): 155-68.
13. Pereira MS. Semelhanças e diferenças de habilidades sociais de crianças com síndrome de down e crianças com desenvolvimento típico [dissertação]. São Carlos/SP. 2007. Disponível em <http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tede_arquivos/9/TDE-2007-03-22T08:37:43Z-1374/Publico/DissMSP.pdf>. Acesso em 15 abr 2011.
14. Anhao PPG, Pfeifer LI, Santos JL. Interação social de crianças com Síndrome de Down na educação infantil. Rev. Bras. Ed. Esp. 2010 Abr; 16(1): 31-46.
15. Luiz FMR, De Bortoli OS, Floria-Santos M, Nascimento LC. A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades. Rev. Bras. Ed. Esp. 2008 Dez; 14(3): 597-508.
16. Teixeira FC, Kubo OM. Características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma no sistema regular de ensino. Rev. Bras. Ed. Esp. 2008 Abr; 14(1): 75- 92.
17. Gimenez R. Atividade motora para indivíduos portadores da Síndrome de Down. Rev. Digital. 2007 Out; (113).
18. Mancini MC, Silva PC, Gonçalves SC, Martins SM. Comparação do desempenho funcional de crianças portadoras de síndrome de Down e crianças



com desenvolvimento normal aos 2 e 5 anos de idade. Arq. Neuro-Psiquiat. 2003 Jun; 61(2B): 409-415.

Down: expectativas maternas. Paidéia (Ribeirão Preto). 2010 Dez; 20(47): 371-379.

19. Silva MFMC, Kleinhans ACS. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. Rev. Bras. Educ. Esp. 2006 Abr; 12(1): 19-30.

20. Fernandez BJM, Oliveira JFM. Representações sobre a inserção na vida ativa de jovens com trissomia 21. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. 2007 Out-dez; 15(57): 565-578.

21. Saad SN. Preparando o caminho da inclusão: Dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down. Rev. Bras. Ed. Esp. 2003 Jan-Jun; 9(1): 57-78.

22. Silva NLP, Dessen MA. Crianças com síndrome de Down e suas interações familiares. Psicol.: Reflex. Crít. 2003;16(3): 503-514.

23. Flabiano FC, Limongi SCO. Relação entre os gestos e a linguagem oral em um par de gêmeos com Síndrome de Down. Rev. Soc. Bras. Fonoaudiol. 2006; 11(2):116-23.

24. Ávila CF, Tachibana M, Vaisberg TMJA. Qual é o lugar do aluno com deficiência? O imaginário coletivo de professores sobre a inclusão escolar. Paidéia (Ribeirão Preto). 2008;18(39): 155-164.

25. Leonardo NST. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas públicas. Psicol. Esc. Ed. (Impr.). 2008 Dez;12(2): 431-440.

26. Leonardo NST, Bray CT, Rossato SPM. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas de ensino básico. Rev. Bras. Ed. Esp. 2009 Ago;15(2): 289-306.

27. Mendes EG. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Rev. Bras. Ed. 2006 Dez; 11(33): 387-405.

28. MEC/INEP. Resumo Técnico – Censo Escolar 2010. Brasília. INEP, 2010.

29. Pereira-Silva NL, Dessen MA. Crianças com e sem síndrome de Down: valores e crenças de pais e professores. Rev. Bras. Ed. Esp. 2007 Dez; 13(3): 429-446.

30. Lipp LK, Martini FO, Oliveira-Menegotto LM. Desenvolvimento, escolarização e síndrome de

